



Lei Municipal nº 5259 de 27 de março de 2014

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - BIÊNIO 2023/2025 - Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, na Casa dos Conselhos, reuniram-se as 18h, os membros do Conselho Municipal de Educação para a realização da Reunião Extraordinária do colegiado. Participaram presencialmente as conselheiras Laureane Maria Moreira Costansi, Ana Paula da Cruz Ribeiro, Martha Beatriz Nunes de Almeida Cantanhede, Marizilda Bertti Guimarães Martins, Claudia Valéria Rezende dos Santos, Maria José de Azevedo e virtualmente as conselheiras Elizabeth Alves de Lucena, Walquiria Lopes Toseto, Luiza Laureano Pardo, Maria Conceição Barbosa Monteiro, Úrsula Elisabete Leal Abreu, Valéria Rosendo Alves, Aline dos Santos Rodrigues, Regiane Aparecida Florêncio Godoy. Justificaram a ausência as conselheiras Suelen Veronessi da Silva Cortes, Ketilin Aparecida de Moraes. A presidente iniciou agradecendo a presença de todos e informou que a reunião foi convocada para tratar sobre a Audiência Pública realizada no dia 9/11/2023, às 18h, na Câmara Municipal referente a LOA 2024. Informou que a vereadora Dandara Gissoni fez a leitura na tribuna do ofício nº 164/CME/2023 encaminhado ao presidente da Câmara com ciência de todos os vereadores. A presidente leu o ofício encaminhado à Câmara para os presentes e explicou que após a leitura da vereadora, o secretário de finanças, em seu momento de fala disse que não era verdade dizer que o Conselho Municipal de Educação não foi consultado e que ele tinha em mãos ofícios que foram reiterados, primeiro consultando o conselho sobre a participação na lei orçamentária e depois respondendo com as informações solicitadas. Enfatizou que o acompanhamento do Conselho é todo ano, não é agora no momento da LOA. Disse que ele nem a Secretária de Educação nunca se furtaram ao diálogo, a responderem e tirarem dúvidas, salientando que o Conselho tem que acompanhar e tem sua importância, mas ele precisa querer acompanhar. A conselheira Martha disse que a vereadora insistiu perguntando ao secretário se o Conselho estava mentindo e o mesmo disse que o ofício do Conselho não é verdade porque ele tinha consultado sim o Conselho. A presidente apresentou aos conselheiros os ofícios comprovando que foi solicitado o quadro demonstrativo de dotação orçamentaria, a LOA 2023 e LDO e foi solicitada a participação do CME na construção da LOA. E, que na reunião com a prefeita o assunto foi retomado, explicando que o CME precisa do detalhamento dos gastos para que o mesmo possa avaliar adequadamente os gastos e ressaltou que no mesmo ofício foi reiterada a participação do CME na construção da LOA. A secretaria enviou um balancete analítico como suporte para a LOA 2024, com informações que não correspondem que causaram mais dúvidas ao colegiado, por exemplo, não ter nenhum gasto com reforço escolar no ano de 2023. Então, o CME solicitou a participação na construção LOA e esclarecimentos sobre os gastos. Na reunião com a prefeita foi ressaltado que o CME não tem como emitir pareceres sem os conhecimentos do que está acontecendo e que essa comunicação não está acontecendo de maneira adequada. A presidente leu o trecho da ata de reunião com a prefeita com as informações sobre o assunto. Destacou a importância do planejamento para a elaboração da LOA, ao invés de apenas indicar valores aleatórios, sem planejamento, pois há a necessidade de saber em que serão investidos os recursos. Após essas comprovações de todo o processo de tentativas de contato, entende não é justo que o secretário de finanças diga publicamente que o CME está mentindo. A presidente informou ainda que imediatamente após a fala do secretário, solicitou ao presidente da câmara o direito de fala, porém como a audiência foi interrompida e o presidente da câmara informou que será reagendada outra data para continuidade da audiência e será incluída a resposta do conselho. A conselheira Marizilda mencionou que após o encerramento da sessão os secretários de finanças e educação procuraram a presidente e ela manifestou que não era justo com o CME a manifestação do secretário, pois desde o mês de maio o colegiado vem solicitando a participação de representantes da Comissão de Orçamentos e Finanças na construção da LOA 2024, que no seu

EAH D [assinatura] [assinatura] [assinatura]



Lei Municipal nº 5259 de 27 de março de 2014

entendimento não foi construída só agora. Disse a eles que o colegiado solicitou duas vezes informações sobre o valor empenhado por programa/ação previsto na LOA 2023 e também o planejamento dos investimentos que seriam contemplados na LOA 2024, ou seja, o detalhamento contemplando as aquisições do ano de 2023 e o que seria adquirido em 2024 e não obteve resposta, para que de posse dos dados o colegiado pudesse realizar as “sugestões” para serem analisadas pela administração. A vice-presidente do Conselho destacou que assistiu a audiência pelo Youtube da Câmara Municipal e a fala do secretário dizendo que não era verdade que o conselho não havia sido consultado, porém não esclareceu a população que a administração municipal não encaminhou as informações necessárias para que o colegiado pudesse analisar e encaminhar sugestões e propostas para análise da viabilidade de inclusão no orçamento do próximo exercício. Disse ainda que o ofício lido pela vereadora não dizia que o colegiado não tinha sido consultado e sim manifestava o sentimento de indignação pela ausência da participação do colegiado na elaboração do PL referente a LOA 2024, mencionando as reiteradas solicitações que foram realizadas para a participação de representantes na construção da LOA 2024. Mencionou ainda que ele não informou que o conselho desde o mês de maio vinha solicitando informações sobre o orçamento da educação, bem como sua participação na construção da LOA, porém ao contrário ele afirmou que o conselho deve acompanhar o ano todo, não somente agora no momento da LOA, afirmando que o conselho tem que acompanhar, mas ele precisa querer. A vice-presidente destacou que a fala do secretário desqualifica o trabalho do conselho, bem como coloca em dúvidas a conduta dos conselheiros e que essa situação é muito séria. A presidente retomou com os conselheiros os documentos encaminhados pelo colegiado considerando suas competências previstas nos incisos IV e XI da Lei nº 5259/2024, sendo: 1) ofício nº 19/CME/2023 datado de 18 de maio de 2023 requerendo à prefeita o Quadro de Demonstrativo Sintético de Dotações dos anos 2022 e 2023, bem como a LDO 2023-2024, LOA 2023 e o PPA referentes aos recursos da Educação e solicitando a participação de representantes do colegiado na construção da LOA 2024; 2) ofício: 34/CME/2023, datado de 29 de junho de 2023 reiterando o ofício nº 19/CME/2023; 3) ofício nº 61/2023/Secretaria de Finanças solicitando o encaminhamento de sugestões e propostas para análise da viabilidade de inclusão no orçamento do próximo exercício, anexando a LOA 2023; 4) ofício nº 106 /CME/2023, datado de 25 de agosto de 2023, encaminhado ao secretário de finanças, com cópia a secretária de educação, solicitando informações detalhadas sobre a LOA 2023 e sobre o planejamento para LOA 2024 para o atendimento a solicitação constante no Ofício nº 61/2023/Secretaria de Finanças, ressaltando que o colegiado encaminhou o ofício nº 19/CME/2023, datado de 18/05/2023, requerendo a senhora prefeita a participação de representantes do colegiado na construção da LOA 2024; 5) ofício nº 65/2023/Secretaria de Finanças encaminhando informações por meio do Balancete Analítico de Controle de Custo da Despesa Empenhada; 6) Quadro de Análise dos Programas e Ações da SME elaborado pelo colegiado com base na LOA 2023 e no Balancete Analítico; 7) ofício nº 107 /CME/2023, datado de 14 de setembro de 2023, solicitando esclarecimentos/informações sobre os programas e ações da SME com base na LOA 2023 e no Balancete Analítico, reiterando a solicitação para participação de representantes do colegiado na construção da LOA 2024, junto às secretarias envolvidas, a fim de otimizar o tempo e realizar a articulação/integração entre a administração e o conselho no planejamento dos investimentos dos recursos públicos da Educação para o ano de 2024; 8) ofício nº 116 /CME/2023, datado de 14 de setembro de 2023, encaminhando ao CACS FUNDEB o Quadro de Análise dos Programas e Ações da SME com base na LOA 2023 e no Balancete Analítico; 9) ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação do mês de setembro; 10) ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação do mês de outubro e 12) ata da reunião do Conselho Municipal de



Conselho Municipal de Educação – Caçapava/SP Gestão
Biênio 2023-2025

Lei Municipal nº 5259 de 27 de março de 2014

Educação com a prefeita. A conselheira Maria José, destacou que a fala do secretário é grave porque imputa ao CME uma inércia que ele nunca teve e que se caso a audiência pública demore para ser realizada, a presidente faça o uso da tribuna para esclarecer a população essa situação. Os conselheiros votaram e aprovaram unanimemente para que o CME use a tribuna para esclarecer a situação, caso necessário. A primeira secretaria do conselho informou que avisará os conselheiros, no grupo de WhatsApp, a data da próxima audiência pública e/ou do uso da tribuna pela presidente, solicitando a participação do colegiado. Nada mais havendo a tratar, Martha Beatriz Nunes de Almeida Cantanhede lavrou a presente ata que, se aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.

Laureane Maria Moreira Costansi *Laureane*
Maria Conceição Barbosa Monteiro *Maria*
Ana Paula da Cruz Ribeiro *Ana Paula*
Martha Beatriz Nunes de Almeida Cantanhede *Martha*
Marizilda Bertti Guimarães Martins *Marizilda*
Claudia Valéria Rezende dos Santos *Claudia*
Maria José de Azevedo *Maria José*
Elizabeth Alves de Lucena *Elizabeth*
Walquiria Lopes Toseto *Walquiria*
Luiza Laureano Pardo *Luiza*
Úrsula Elisabete Leal Abreu *Úrsula*
Valéria Rosendo Alves *Valéria*
Aline dos Santos Rodrigues *Aline*
Regiane Aparecida Florêncio Godoy *Regiane*

